



INVESTIGAÇÃO

Abin “paralela” para favorecer clã Bolsonaro

Ex-diretor da agência, Ramagem é alvo de operação da PF que investiga espionagem contra opositores do ex-presidente e o STF

» RENATO SOUZA
» EVANDRO ÉBOLI

Investigações da Polícia Federal apontam que a instrumentalização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para interesses políticos durante o governo do então presidente Jair Bolsonaro foi mais profunda do que se acreditava. As diligências revelam que foi montada uma estrutura paralela, com uso de mecanismos da agência, para espionar opositores ou críticos da gestão anterior do Poder Executivo.

Delegados e agentes da PF cedidos à Abin se empenharam em monitorar os passos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), deputados, jornalistas e agentes públicos.

O motivo principal, segundo a PF, era beneficiar a família Bolsonaro e aliados do ex-presidente, além de criar falsas narrativas que seriam usadas contra políticos e integrantes da mais alta Corte do país — um dos objetivos era tentar ligar os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes à facção Primeiro Comando da Capital (PCC).

No centro da articulação, de acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), estava o então diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, atual deputado federal pelo PL (RJ) e pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro. Ontem, o gabinete dele, na Câmara, o apartamento funcional, em Brasília, e uma residência ligada a ele no Rio de Janeiro foram alvos de buscas.

Agentes também estiveram em endereços ligados a outros sete integrantes da Polícia Federal. Ao todo, cumpriram-se 21 mandados de busca e apreensão. Foram recolhidos documentos, celulares, computadores e pen drives que podem levar a novas ações judiciais e abrir linhas de investigação.

No gabinete de Ramagem os agentes encontraram, inclusive, um relatório que tinha informações levantadas pela Abin sobre a atual investigação da PF.

Ilícitos

A ordem para deflagrar a operação, batizada de Vigilância Aproximada, foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. “Os policiais federais destacados, sob a direção de Alexandre Ramagem, utilizaram das ferramentas e serviços da Abin para serviços e contra-inteligência ilícitos e para interferir em diversas investigações da Polícia Federal, como por exemplo, para tentar fazer prova a favor de Renan Bolsonaro, filho do então presidente Jair Bolsonaro”, diz Moraes em

Temas sensíveis

A Abin é o principal órgão do sistema de inteligência federal e tem como atribuição produzir informações estratégicas sobre temas sensíveis, como ameaças à democracia e às fronteiras, segurança das comunicações do governo, política externa e terrorismo.

um trecho da decisão. Jair Renan foi alvo de uma investigação policial por suspeita de tráfico de influência.

Segundo a PF, o software First Mile era usado para monitorar, ilegalmente, a localização do celular dos alvos. A espionagem ocorria sem autorização da Justiça e sem que a pessoa soubesse que estava sendo vigiada.

“A investigação apura a utilização do sistema de inteligência First Mile pela Abin no monitoramento de dispositivos móveis, sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia e sem a necessária autorização judicial”, ressalta outra parte da decisão. “Segundo informado pela Polícia Federal, o referido sistema, fornecido pela empresa Cognyte Brasil S.A., é capaz de identificar a Estação Rádio Base (ERB) indicando a localização de qualquer celular monitorado.”

Além do First Mile, outros programas eram usados na espionagem. Inclusive alguns para interceptar mensagens de texto ou forçar acesso a informações de redes sociais, de acordo com fontes ouvidas pela reportagem. São 30 mil registros de localização, mensagens e outras informações de pelo menos 1,5 mil pessoas. Quase a totalidade da lista de alvos ainda está sob sigilo no inquérito que segue no Supremo.

Os outros mandados foram cumpridos em Juiz de Fora (MG), São João Del Rei (MG) e Rio de Janeiro.

Em nota, a PF informou que a ação de ontem foi uma continuação das investigações da Operação Última Milha, deflagrada em 20 de outubro do ano passado.

“As provas obtidas a partir das diligências executadas pela Polícia Federal, à época, indicam que o grupo criminoso criou uma estrutura paralela na Abin e utilizou ferramentas e serviços daquela agência de inteligência do Estado para ações ilícitas, produzindo informações para uso político e midiático, para a obtenção de proveitos pessoais e até mesmo para interferir em investigações da Polícia Federal”, ressalta o comunicado.

Valter Campanato/Agência Brasil



Ramagem chefiou a Abin no governo Bolsonaro, entre julho de 2019 e abril de 2022, e só saiu do cargo para concorrer às eleições

Como era o esquema, segundo a PF

VIGILÂNCIA

Software principal: First Mile
Método: identifica a Estação Rádio Base (ERB) acessada pelo celular
Na prática: monitorava para qual antena o celular mandava sinal
Objetivo: registrar a geolocalização do aparelho

OS NÚCLEOS

Havia cinco núcleos em ação:

Núcleo PF
■ Cessão de policiais e delegados para a Abin

Núcleo Alta-Gestão
■ Liderados por Ramagem, delegados faziam o monitoramento de alvos e autoridades públicas, bem como serviço de contra-inteligência e criação de relatórios apócrifos, que seriam divulgados com o fim de criar narrativas falsas.

Núcleo Subordinados

■ Formado por agentes da PF cedidos à Abin, que serviam de estafe para a Alta-Gestão, cumprindo as determinações, monitorando alvos e produzindo relatórios.

Núcleo-evento Portaria 157

■ Tinha como missão ligar ministros do Supremo Tribunal Federal e deputados à facção Primeiro Comando da Capital (PCC)

Núcleo Tratamento Log

■ Cuidava dos logs, registros anotados pelo software de espionagem

ALVOS

Deputados, jornalistas, agentes públicos, ministros do Supremo Tribunal Federal, advogados, entre outros.

Alvos conhecidos: ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes; ex-deputados Joice Hasselmann e Rodrigo Maia; Camilo Santana (então governador do Ceará), Simone Sibilio (promotora)

MOTIVAÇÕES

- Beneficiar a família Bolsonaro
- Criar falsas narrativas para uso político
- Monitorar investigações em curso
- Vigiar opositores
- Monitorar traições de aliados
- Assassinato de reputações

“Conluio” da atual gestão

A investigação da Polícia Federal pode respingar na atual gestão da Abin. A corporação afirma que membros da cúpula da agência, nomeados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentaram dificultar a apuração e sugere que eles podem ter agido em “conluio” com servidores investigados.

Segundo a PF, a pretexto de proteger informações “sensíveis”, a Abin estaria dificultando o acesso a dados necessários ao avanço da investigação. Para a corporação, a cúpula da agência estaria preocupada, na verdade, com a exposição da espionagem clandestina de autoridades.

A PF crava que a conduta prejudicou a investigação. “A direção atual da Abin realizou ações que interferiram no bom andamento da investigação sem, contudo, ter sido possível identificar o intento das ações.”

No relatório enviado ao STF, a PF narra que o então diretor da Abin, Alessandro Moretti, que sucedeu Alexandre Ramagem no comando na instituição, ainda no governo Bolsonaro, se reuniu com servidores em março do ano passado e afirmou que a investigação tinha “fundo político e iria passar”.

O atual chefe da agência, Luis Fernando Corrêa, estava presente na reunião, segundo a PF. Ele ainda não havia tomado posse como diretor da Abin. Corrêa é nome de confiança de Lula e foi diretor-geral da PF no segundo mandato do petista.

Segundo o *Jornal Nacional*, a Abin declarou, em sua defesa, que há 10 meses a atual gestão tem contribuído com os inquéritos da Polícia Federal e do STF e que é a maior interessada em esclarecer eventuais ilícitos.

Saiba mais

O software

As investigações da PF apontam para o uso do sistema First Mile, desenvolvido pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint) e comprado pelo Brasil em 2018. O software é capaz de detectar um indivíduo com base na localização de aparelhos que usam as redes 2G, 3G e 4G. Para encontrar o alvo, basta digitar o número do seu contato telefônico no programa e

acompanhar em um mapa a última posição. O programa não permite o grampo de mensagens e ligações, mas dá acesso à geolocalização em tempo real e a dados pessoais registrados junto a operadoras de telefonia. A capacidade de monitoramentos simultâneos do programa ainda é investigada. O sistema espião teria sido usado mais de 60 mil vezes pela Abin entre fevereiro de 2019 e abril de 2021, segundo a PF.

